

Trabalho infantil: ainda uma triste realidade, mas que tem melhorado

*Ana Lúcia Kassouf**

*Natália Zancan***

A discussão sobre o trabalho infantil é polêmica e envolve a defesa dos direitos das crianças, garantindo sua educação e seu lazer. O trabalho exercido por crianças pode trazer prejuízos físicos, emocionais e sociais para as crianças que o exercem. O investimento em capital humano, com aumento na escolaridade, reduz as chances de a criança permanecer no ciclo de pobreza, tendo melhores salários quando adultas.

A pobreza é considerada o principal determinante do trabalho infantil. Estudos mostram que o aumento da renda familiar diminui a probabilidade de a criança trabalhar e eleva a probabilidade de ela estudar. Entretanto, a baixa escolaridade dos pais e a falta de atratividade das escolas também levam as crianças a trabalhar.

É fundamental entender os fatores que afetam a decisão de a criança trabalhar, para se buscar políticas públicas alternativas que auxiliem as famílias que vivenciam o trabalho infantil. O principal papel de estudos que envolvem problemas sociais é a orientação na formulação de políticas públicas adequadas.

A proibição do trabalho infantil muitas vezes precisa estar associada a programas assistenciais, pois famílias que dependem do trabalho das crianças podem chegar a um nível de pobreza extrema, com risco de inanição. Ou ainda, as famílias dependentes do trabalho infantil podem retirar suas crianças de trabalhos no mercado formal, mas as inserir em outros tipos de trabalho em piores condições e até para atividades ilícitas, como a prostituição e o tráfico de drogas.

Mesmo com ações governamentais, discussões mundiais e esforços de organizações internacionais na busca da eliminação do trabalho infantil, ainda há um número elevado de crianças trabalhando. Em 2008, estima-se em 215 milhões o número de crianças entre 5 e 17 anos trabalhando no mundo. A África apresenta o maior percentual de crianças trabalhando, destacando-se a África Subsaariana com 25,3%. Em seguida, vem a Ásia, com 13,3% de incidência de trabalho infantil. A América Latina e Caribe têm 10% das suas crianças de 5 a 17 anos trabalhando. Destaca-se que, ainda em 2008, 7,3% das crianças entre 5 e 17 anos exerciam atividades perigosas, segundo dados divulgados pela Organização Internacional do Trabalho.

Mesmo com a proibição legal e com idade mínima de 16 anos para iniciar no mercado de trabalho, a Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (PNAD), do IBGE, mostrou que, em 2009 ainda havia quase 2 milhões de crianças entre 5 e 15 anos trabalhando no Brasil. Entretanto, ao longo do tempo, observa-se uma queda. Em 1992, 14,3% das crianças brasileiras de 5 a 15 anos trabalhavam, mas esse número diminuiu 62%, passando para 5,4% em 2009. Passou-se de um número de 5,3 milhões de crianças trabalhando para 1,9 milhões. Em 1992, das crianças que trabalhavam, 11,6% tinham entre 5 e 9 anos e 88,4%, entre 10 e 15 anos. Em 2009, essas proporções foram 5,4% e 94,6%. Com o decorrer dos anos, a idade média em que as crianças começam a trabalhar se eleva, fato que favorece os estudos e o acúmulo de capital humano.

A queda do trabalho infantil está cada vez mais presente devido à proibição legal e ao conhecimento de seus prejuízos, elevando o custo social de inserir a criança no mercado de trabalho. Ademais, a presença dos programas sociais, com mecanismos de transferência de renda, dá suporte às famílias em pobreza extrema.

De 1995 a 1998, houve queda de 21% do percentual de crianças trabalhando. Essa grande redução pode ser resultado da criação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) em 1996, mesmo que apenas em algumas regiões.

Em 2001, houve outra diminuição de 21% de crianças entre 5 e 15 anos trabalhando no país e, de novo, pode ser reflexo do Programa Bolsa Escola Federal. Já o aumento de 7% no percentual de crianças entre 5 e 15 anos trabalhando de 2004 (6,9%) para 2005 (7,4%), quebrando as regras da tendência de queda, pode ter sido uma resposta à crise da agricultura e ao aumento do percentual de crianças trabalhando na zona rural, que passou de 19% em 2004 para 20,5% em 2005.

Em 2008, voltou a ser constatada diminuição do trabalho infantil, agora de 10% em relação a 2007, possivelmente em função da melhora econômica e do padrão de vida e também da junção do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) com o Programa Bolsa Família, que vem sendo ampliado a cada ano.

A redução do número de crianças trabalhando no Brasil, além de ser consequência dos esforços legais contra o trabalho infantil, pode ser uma consequência do crescimento econômico, das baixas taxas de desemprego, da maior facilidade de crédito, do salário mínimo real elevado, do aumento do nível educacional da população, da menor desigualdade de renda e pobreza, do maior número de crianças nas escolas e dos programas sociais. Estes programas têm papel importante ao dar suporte às famílias através do mecanismo de transferência de renda, garantindo renda mínima e

proporcionando às famílias em pobreza extrema a oportunidade de não enviar seus filhos ao mercado de trabalho, mantendo-os na escola.

** A profa. Ana Lúcia Kassouf já desenvolveu vários trabalhos para a OIT/ONU no Brasil e América Latina sobre trabalho infantil. Foi também premiada por outros estudos que desenvolveu na academia e para o governo brasileiro sobre combate à pobreza e efetividade de políticas sociais. Enquanto docente, ela é titular da área de métodos quantitativos/econometria na pós-graduação em Economia Aplicada da Universidade de São Paulo campus de Piracicaba (Esalq).*

*** Natália é economista e foi orientada de Ana Lúcia Kassouf na graduação.*